

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA À DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação J. Johnson Periodicidade d

Dia 19-11-79 Pág.(s) 1-7-10 Tendência política _____



Fundação Cuidar o Futuro

LURDES PINTAÇILCO EM ARGANIL
1979
«HÁ MINISTÉRIOS
QUE SÃO ESTADOS
DENTRO DO ESTADO»
1ª e 2ª página 34 e 35



LURDES PINTASILGO TERMINOU EM ARGANIL VISITA DE TRABALHO À ZONA CENTRO

AUTONOMIA DE CERTOS MINISTÉRIOS FÁ-LOS ESTADOS DENTRO DO ESTADO

—COMENTOU A PRIMEIRO-MINISTRO FALANDO DA ORGÂNICA DO GOVERNO

Reportagem de JOÃO BRAVO (texto)
e MANUEL CORREIA (foto)

A eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo terminou, ontem, o seu programa de visitas à Zona Centro, tendo estado na vila de Arganil, onde inaugurou, com a presença do ministro da Justiça, o Palácio Judicial da localidade. Nesta sua deslocação, Clara do membro do Governo referido, tomaram parte o titular da pasta dos Transportes, os secretários de Estado adjunto da Presidência e da Reestruturação Agrária e ainda o governador civil de Coimbra.

Ponto saliente de mais uma sessão de trabalho a «proclamação» — como a intitulou a chefe do Governo — do presidente da Edilidade arganilense, que depois de salientar que o Executivo actual se revelou o mais operacional de todos com que o Município trabalhou, fez uma pormenorizada exposição de carências, numa linguagem contundente, fria, mas eivada de um realismo e sinceridade impressionantes.

O autarca começaria por referir que a dificuldade maior do concelho é a falta de um desenvolvimento económico que faz aumentar os níveis da emigração, diminuir a rentabilidade da agricultura e pecuária, a insuficiência de investimentos, um conjunto de desmotivações que chamam uma regressão cada vez mais preocupante.

Críticas violentas ao programa «PRID», a burocracia dos departamentos estatais nos domínios da habitação social, juros altíssimos, mesmo incomportáveis desmobilizam os que um dia sonharam com habitação própria.

No sector da saúde, diria Carlos Ribeiro, Arganil tem um edifício parado, apenas porque faltam lençóis e máquinas de lavar roupa, continuando uma unidade onde se investiram milhares de contos sem funcionalidade, o mesmo acontecendo com o Hospital da Condessa das Canas, onde a aparelhagem radiológica não funciona por falta de instalação eléctrica.

No campo do ensino, prosseguiria, não se abrem perspectivas para uma integração na vida dos alunos, embora tenham sido oferecidos ao ME a utilização de uma quinta para que se instale um curso de formação de agricultores. Na assistência social, afirmou, a falta de critérios no montante das reformas e a centralização dos serviços são anomalias de que o povo se queixa.

Instalação-piloto de turismo rural

Queixa-se o povo, afirmou o presidente da Edilidade de Arganil, de que não há energia eléctrica, água ao domicílio e

esgotos e bons caminhos, salientando, a propósito, que no concelho existem mais de 20 povoações sem luz, 182 sem saneamento básico, 163 sem água domiciliária, existindo mais de 40 escolas degradadas.

Sempre escutado com bastante atenção o presidente da Câmara, pediria a prospeção do solo, o estudo das potencialidades agro-silvo-pastoris, uma escola de formação de agricultores, curso de gestão aplicado à indústria, sugerindo ainda o aproveitamento do Baixo Mondego e da albufeira do Alya.

Reportando-se ao turismo, Carlos Ribeiro chamaria a atenção para as potencialidades da Quinta do Mosteiro, onde irá funcionar uma instalação-piloto de turismo rural, que tem o apoio de uma empresa de desenvolvimento regional em formação, embora careça de uma legislação que contemple as sociedades de desenvolvimento regional, como motor de arranque da economia do interior.

«Reforma Agrária — uma reforma de mentalidades»

A primeiro-ministro felicitaria o presidente do Município, a quem consideraria o «autarca dos autarcas», para depois dar a palavra aos membros do Governo e aos técnicos.

O eng.^o Pereira Gaspar, secretário de Estado da Reestruturação Agrária, defenderia que a Reforma Agrária é, acima de tudo, uma reforma de mentalidades, apostando no associativismo para resolver os problemas de zonas de minifúndio, falando ainda da necessidade de criação de armazéns regionais e de redes regionais

do frio, sem deixar de salientar que, para o cumprimento de um programa, se exigem verbas que o país não possui.

Teresa Santa Clara Gomes prometeria desbloquear alguns processos pendentes e dar-lhes o seguimento devido enquanto o dr. Manuel Porto, da Comissão de Planeamento, secundando as palavras de Carlos Ribeiro, diria que a zona tem um défice de florestação, pois possui 900 mil hectares, quando se ex-



gira mais de um milhão. Que- dar-se-ia na análise da situação da pastorícia, onde se procede a estudos conducentes a uma efectiva melhoria, falando, ainda, na necessidade da defesa do meio-ambiente e da criação de agrupamentos concelhios, mantendo-se, no entanto, céptico, em relação às potencialidades do solo.

O dr. Pedro Macedo, ministro da Justiça, recordaria a sua passagem pela vila como ma-

istrado, afirmando a sua satisfação por voltar a uma localidade onde trabalhou e fez amigos, enquanto o ministro dos Transportes, na linha de intervenções anteriores, procurou tentar resolver em Lisboa alguns dos problemas que lhe foram colocados.

«Não sei o que é o poder mas sei o que é a impotência»

Coube à eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo encerrar a sessão, tendo começado por afirmar que a limitação de tempo fez com que a equipa ministerial dilatasse as energias, embora reafirmasse que nenhum dos ministros ou secretários de Estado mantém apego ao poder, já que o Executivo preencheu apenas um intervalo.

E mais adiante:

«Eu não sei o que é o poder, mas sei o que é a impotência. Sei que estamos ao serviço do povo, mas as condições actuais dificultam a nossa acção. A autonomia de certos ministérios, estados dentro do Estado, não prejudicando o espírito de equipa, tem impedido algumas opções, pois os departamentos se viram uns

contra os outros como se fossem rivais.»

Defendendo a coordenação entre os vários órgãos autárquicos, a primeiro-ministro confessaria que não existe legislação nem planos que possibilitem a resolução de vários problemas que se colocam aos municípios. A eng.ª Lurdes Pintasilgo passaria, depois, a analisar a problemática da actualização de subsídios e de reformas, revelando que, para dar cumprimento a uma actualização, seria necessário inscrever no plano de 1980 qualquer coisa como 2 milhões e 800 mil contos.

A realidade local, diria, terá de ser equacionada pelo povo e pelos seus representantes, pois o desenvolvimento não poderá partir de grupos pouco ou nada identificados com os interesses das populações, mas do esforço dos que sentem com maior acuidade as insuficiências.

Terminaria com uma crítica directa aos «forjadores de men-

PINTASILGO ENTRE «PINTASSILGOS»

Talvez que o leitor não saiba que os arganilenses são conhecidos pelos «pintassilgos», embora se desconheça a origem do epíteto legado de geração em geração. Por isso mesmo se não estranha que, a chegada à vila, além da filarmónica local e dos ranchos «Unidos» e «Flores de Montalto», a primeiro-ministro fosse surpreendida por um conjunto vocal infantil do Instituto da Criança, que tem como designação «Os Pintassilgos».

Curioso, na verdade, de...

tiras» que não pretendem libertar o país do atraso, mas estabelecer a confusão.

Inauguração do Palácio da Justiça

Depois da sessão nos Paços do Concelho, a primeiro-ministro e comitiva percorreram as ruas da vila, sempre saudada efusivamente por uma pequena multidão onde predominavam as mulheres, que se não cansaram da rodeia e cobri de manifestações de carinho, tendo naquela governante um símbolo de um longo percurso que levará à emancipação da mulher.

Mais tarde, acompanhada pelo ministro da Justiça, inauguraria o Palácio da Justiça, que percorreria demoradamente, inteirando-se de todos os pormenores. O imóvel, de traça modernista, constitui um marco valorizativo da vila, tendo ascendido a 15 mil contos o seu custo e levado 18 meses a erguer.

Momento particularmente significativo o acto de içar a Bandeira Nacional no mastro, pelo dr. Pedro Macedo, bas-

(CONTINUA NA PÁGINA 10)

(CONTINUADO DA 7.ª PÁGINA)

tante aplaudido pela população que se concentrou nas imediações.

A estrutura albergará todos os serviços do foro judicial, comportando ainda um bloco prisional, sendo a sala de audiências alcatifada e com um estilo modernista, faltando apenas para dar funcionalidade à estrutura o equipamento.

Seguiu-se o almoço na Quinta do Mosteiro, onde se pensa instalar uma escola de agricultura, tendo a primeiro-ministro visitado a capela onde apreçou detalhadamente o inventário sacro, constituído por várias imagens e vestes, tal como a valiosa biblioteca com obras raras.

De tarde, para complemento da visita a Arganil, os mem-

bro do Governo puderam apreciar «in loco» as instalações do hospital e lar da terceira idade, estruturas que precisam de apoio para que possam servir os interesses de uma população estimada em 17 mil pessoas, tendo levado para Lisboa, pelo muito que viram e ouviram, uma ideia clara do abandono e impotência que se completam, justamente porque têm faltado os apoios estatais.

Na verdade como afirmaria o presidente da Câmara «tem-se teimado em não tomar em conta os legítimos interesses do povo que ora aguarda 15 dias por uma análise, ora tem de ir a Coimbra para uma simples radiografia, num desperdício de tempo, que, medido em horas de baixa, atinge milhares e milhares de contos anuais».

710



CONSELHO DE MINISTROS VAI PASSAR A REUNIR DUAS VEZES POR SEMANA?

Dado o volume de assuntos pendentes, o Governo, segundo confidenciou a primeiro-ministro terá necessidade, nestas quatro semanas que lhe restam, de reunir, possivelmente, duas vezes por semana.

Assim, não parece crível que surjam novas visitas de trabalho do género da que se efectuou no fim de semana e que foi consequência lógica de outras anteriores.